

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Curso de Pós Graduação em Educação Infantil:  
Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-escolas

Sustentabilidade: caminho para a qualidade na Educação Infantil

Marynês Meirelles

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Leonor Pio Borges de Toledo

Rio de Janeiro

Abril de 2015



Marynês Meirelles

## **Sustentabilidade: caminho para qualidade na Educação Infantil**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da PUC-Rio como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação Infantil - Perspectivas de trabalho em Creches e Pré-escolas. Aprovada pela comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.<sup>a</sup> Maria Leonor Pio Borges de Toledo  
Orientadora  
Departamento de Educação - PUC-Rio

Rio de Janeiro  
Abril de 2015

*“Feliz aquele que transfere o  
que sabe e aprende o que ensina.”*

*Cora Coralina*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me ter dado a oportunidade de conhecer, participar e concluir o curso de Pós Graduação em Educação Infantil.

À minha mãe, Rose, que é um exemplo de superação, garra e persistência e ao meu filho, Lucas, que me faz ter forças para seguir sempre em frente.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Leonor Pio Borges de Toledo pelo acolhimento, incentivo e carinho dispensados e pelas suas preciosas contribuições para o trabalho.

À Cristina Carvalho, coordenadora do curso de Especialização em Educação Infantil da PUC-Rio, que com sua sabedoria me fez acreditar que sou capaz e se tornou um exemplo para mim nesta nova caminhada.

A todos os professores do curso de Especialização em Educação Infantil da PUC-Rio pelas disciplinas tão bem ministradas e por me fazerem entender a importância de ser um professor da Educação Infantil.

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo apresentar os critérios da sustentabilidade como ferramenta para alcançar a qualidade em instituições de Educação Infantil. Início o trabalho apresentando o motivo que me levou a perceber que este pode ser um caminho a ser trilhado para atingir a qualidade. A intenção é difundir a ideia de que implementar a sustentabilidade não significa focalizar apenas no aspecto ambiental. Apresento inicialmente um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, algumas definições sobre a qualidade e o conceito de sustentabilidade. Através de entrevista semiestruturada, identifiquei algumas práticas relacionadas à questão da Sustentabilidade no cotidiano de escolas de Educação Infantil tidas como escolas de qualidade e que se tornaram referência neste segmento. Por fim, teço reflexões sobre possíveis contribuições da sustentabilidade para as instituições de Educação Infantil, pensando práticas que considero importantes neste segmento e que visam o ambientalmente correto, o economicamente viável e o socialmente justo.

Palavras-chave: Educação Infantil, qualidade, sustentabilidade.

## SUMÁRIO

Introdução .....	07
1-A Educação Infantil: breve histórico.....	11
1.1- O critério Qualidade.....	14
1.2- A Sustentabilidade e a Educação Infantil.....	19
2- À procura de ações sustentáveis.....	23
Considerações Finais .....	33
Referências Bibliográficas.....	36

## INTRODUÇÃO

*“Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”*

*Paulo Freire  
(1994:39)*

Nas últimas décadas a Educação Infantil passou por inúmeras mudanças, a começar pela sua valorização percebida através da legislação que a rege atualmente. Essa valorização teve início com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, (BRASIL, 1996) quando a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. Hoje, dentre outros documentos, encontramos as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) que são um instrumento muito importante no processo de construção da qualidade da Educação Infantil. Enfim, foram momentos de muita luta até o reconhecimento de que a educação é um direito da criança e que esta deve ser vista como sujeito da ação, um ator social, produtor de cultura.

Neste cenário, a qualidade nas escolas de educação infantil passa a ser um critério exigido. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010) definem que: “É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.” Entretanto, nesta busca pela qualidade podemos esbarrar em valores culturais de uma determinada sociedade ou em questões voltadas para políticas públicas educacionais. Na minha trajetória como professora, durante trinta e cinco anos, trabalhei em instituições públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro. A qualidade sempre foi um critério perseguido por mim e pelas direções atuantes, principalmente nas escolas públicas. Todavia, por conta de problemas alheios às nossas vontades, tais como, falta de pessoal, material, infraestrutura deficitária, percebemos que a tão apregoada qualidade passa muito longe da realidade. No ano de 2013 tornei-me proprietária de uma escola de Educação Infantil. Qual não foi a minha surpresa quando me deparei com a quantidade de exigências para a

sua regulamentação, explicitadas na DELIBERAÇÃO E/CME Nº 15 DE 29 DE MAIO DE 2007 que fixa normas para autorização de funcionamento de instituições privadas de Educação Infantil. Exigências como, por exemplo, quantitativo de profissionais para atuar junto às crianças (relação criança/profissional), quantitativo da equipe pedagógica, instalações físicas (espaço para recepção, espaço para professores, para os serviços administrativos, pedagógicos e de apoio) e equipamentos para o seu bom funcionamento. Realmente, este é o mínimo que uma instituição necessita oferecer às suas crianças e aos seus funcionários e que, por muitas escolas que passei, pude perceber que estes requisitos não eram contemplados. Decidi, então, transformar a minha instituição em uma escola de referência, em que a qualidade fosse um requisito essencial, onde os funcionários se sentissem valorizados, felizes. Uma instituição que priorizasse uma visão holística, onde houvesse uma preocupação com o bem estar de todos os envolvidos (crianças, responsáveis, funcionários), com o cuidado com o nosso espaço e com o planeta, com a troca de conhecimentos, com a educação continuada. Na busca pela excelência, entendi que a Sustentabilidade seria o caminho para alcançá-la junto com as crianças, pais e profissionais da minha escola. E, por que a Sustentabilidade? Porque é um conceito abrangente que leva em consideração o cuidado e o bem estar dos seres vivos e do meio ambiente.

Este critério tem sido considerado de tal importância que a UNESCO, agência líder da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), procura estabelecer padrões de qualidade para a educação voltada para o desenvolvimento sustentável, entendendo que uma educação de qualidade deve incentivar mudanças de comportamento que propiciem uma sociedade mais sustentável e justa para todos. Para o período de 2005 a 2014, prazo já expirado, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Seu principal objetivo foi o de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem. O programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável exigia que se “reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente focado na

aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade” (UNESCO, 2005:57).

Segundo Boff (2012)

“A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento-desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. Ela deve cobrir todos os territórios da realidade que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas. Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações” (BOFF, 2012:16).

Com base nesta contextualização, surgiu o meu questionamento:

O que é entendido como um ensino de qualidade nestas instituições de Educação Infantil?

Quais as práticas utilizadas dentro destas instituições que priorizam as questões ambientais, sociais, econômicas?

O objetivo deste trabalho foi identificar se as instituições de Educação Infantil visitadas, consideradas escolas de referência em relação ao critério qualidade, implementam iniciativas sustentáveis em suas dimensões social e econômica.

A pesquisa bibliográfica também serviu de embasamento para definição dos conceitos relacionados, facilitando a sua adaptação às escolas de Educação Infantil.

Pensar em uma educação de qualidade é definir critérios avaliativos e indicadores sem esquecer-se dos valores e tradições, do contexto histórico, social e econômico da comunidade na qual a escola está inserida. Sendo assim, o que pode apontar uma escola como sendo de qualidade atualmente poderá sofrer mudanças futuramente, de acordo com o momento histórico e o contexto cultural.

Portanto, respeitando os seus pilares, a Sustentabilidade está imbricada com a busca da qualidade e torna-se mister levarmos em consideração a sua implementação de forma relevante na proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil.

Gadotti (2013) destaca que os paradigmas existentes não têm uma visão holística e que precisamos de novos paradigmas voltados para uma visão sustentável

do planeta Terra. Educar para a uma vida sustentável supõe um paradigma holístico (GADOTTI, 2013:17).

Para iniciar o trabalho faço um breve histórico da educação infantil no contexto brasileiro e apresento algumas definições sobre a questão da qualidade e da Sustentabilidade.

O segundo capítulo relata o estudo realizado nas escolas de educação infantil, o posicionamento das direções em relação à sustentabilidade e a proposição de práticas alinhadas com o conceito de Sustentabilidade. Acredito que estas poderão contribuir para o alcance da qualidade, tendo como referência os princípios éticos, estéticos e políticos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

O desafio encontra-se em incentivar a reflexão sobre o conceito de educação de qualidade e propor a disseminação e incorporação das práticas de Sustentabilidade nas instituições de Educação Infantil.

## 1

**EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE HISTÓRICO**

Constituindo a primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil no Brasil compreende o atendimento educacional de zero a 5 anos de idade, em creches e pré-escolas. Para se chegar a esta definição, muitos anos se passaram e muitos teóricos e profissionais da educação participaram desta luta. Neste caminho, primeiramente, a educação infantil se deu de forma assistencialista, onde a preocupação era com a alimentação, higiene e segurança física das crianças. As creches surgem no século XIX, implantadas por médicos que realizavam projetos higienistas cujo objetivo era atender aos filhos das trabalhadoras domésticas. Por este motivo, o surgimento das primeiras creches no Brasil, durante o século XVIII e XIX, foi marcado pelo caráter médico-sanitarista.

Após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o Brasil passa por grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Isto se reflete no surgimento das propostas das primeiras instituições pré-escolares. Em 1899 funda-se o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e inaugura-se a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado-RJ, a primeira creche brasileira para filhos de operários. Faria (1997) coloca que o atendimento à infância no início do século XX não era visto como um direito do trabalhador e sim como uma dádiva dos filantropos. Pode-se perceber que estas iniciativas visavam à liberação da mãe para o mercado de trabalho e não a educação da criança.

Os anos 30 foram marcantes na história da Educação Infantil no Brasil. O Ministério da Educação e Saúde Pública cria o Instituto Nacional de Pedagogia e o Instituto Nacional de Puericultura. Segundo Leite Filho (2009), em 1940 é criado o Departamento Nacional Da Criança (DNCr) com o objetivo de combater a mortalidade infantil e de elaborar normas nacionais de atendimento ao binômio mãe-filho. Este departamento foi considerado o maior proponente de uma política assistencialista à maternidade e à infância no Brasil.

Na década de 50 várias campanhas e programas com tendências médico-higienistas visavam o combate à desnutrição, vacinação e de estudos e pesquisas. Entre os anos 40 e 60 houve um grande crescimento das escolas maternas e dos

jardins de infância por conta de um período democrático e de grande crescimento da indústria nacional. Em 1967, na sexta Constituição Brasileira que institucionalizou o regime militar, a criação de creches não foi sequer mencionada. Segundo Faria (1997), a CLT deste mesmo ano enfatiza que as empresas deveriam prestar o atendimento às crianças de 0 a 6 anos aos filhos de suas empregadas. Esta década foi marcada pela entrada de mulheres de classe média no mercado de trabalho e pela redução de espaços urbanos de recreação, devido ao aumento da especulação imobiliária. Em consequência, começou a crescer o número de creches públicas e filantrópicas.

Na década de 70 passa a ser instituída a educação pré-escolar para crianças de 4 a 6 anos, com o objetivo de prepará-las para o sucesso na escola. Esta educação compensatória surge no Brasil, copiando modelos já fracassados dos Estados Unidos, como a solução para os problemas sócio-emocionais das classes populares. Segundo Jobim e Souza e Kramer (1988), esta ação compensatória desempenhou um papel político pois impulsionou o debate sobre as funções e os métodos pedagógicos que norteiam o trabalho na pré-escola e também o legitimou com uma abordagem educativa e não mais assistencialista. Porém, professores não eram qualificados e nem remunerados dignamente para desenvolverem um trabalho de qualidade e visava o sucesso no ensino do primeiro grau.

Segundo Rocha, (1997),

“Diferenciam-se escola e creche essencialmente quanto ao sujeito, que neste último caso é a criança, e não o sujeito escolar (o aluno); e quanto à definição de suas funções,... suas funções encontram-se em processo de constituição. Uma pedagogia da infância necessita considerar outros níveis de abordagem de seu objeto: a criança, em seu próprio tempo, uma vez que se ocupa fundamentalmente de projetar a educação destes novos sujeitos sociais...”(ROCHA, 1997:29).

Finalmente, a Constituição Federal de 1988, atual Carta Magna da República Federativa do Brasil, destaca que a educação é direito de todos e coloca a Educação Infantil como um dever do Estado. Hoje é um direito da criança e uma opção da família para a criança até três anos de idade pois em 2013 foi sancionada a Lei nº 12.796 que obriga os responsáveis a matricularem as crianças na escola mais cedo, com 4 anos de idade.

Considerado um grande avanço, na década de 90 o Ministério da Educação e Desporto, influenciado pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), onde a criança é considerada como sujeito de direito, institui a Comissão Nacional de Educação Infantil que participa da elaboração da Política Nacional de Educação Infantil e da sua divulgação pelo país.

No séc. XXI as instituições de Educação Infantil passam a ser valorizadas como um espaço de troca de conhecimentos, de socialização, de acesso a variadas culturas. Diferente das duas concepções anteriores, assistencialista e emancipatória, as propostas pedagógicas passam a entender a criança como um sujeito social, e, portanto, estabelecendo paradigmas para programas de cuidado e educação com qualidade.

Em 2009, a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fonte onde os educadores devem beber para elaborar as suas Propostas Pedagógicas, propõem que as instituições devem assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e o cuidado das crianças e suas famílias, além de possibilitar a relação criança-criança e criança-adulto através da ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.

Kramer (2003) destaca que

“O trabalho pedagógico em educação infantil, não precisa ser feito sentado em carteiras; o que caracteriza o trabalho pedagógico é a experiência com o conhecimento científico e com a literatura, a música, a dança, o teatro, o cinema, a produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus, a arte. Esta visão do que é pedagógico ajuda a pensar um projeto que não se configura como escolar, feito apenas de, e na sala de aula”(KRAMER, 2003:67).

Podemos perceber a luta dos educadores para o reconhecimento da Educação Infantil como um espaço de qualidade e de valorização da criança, respeitando-a como sujeito de direito, isto é, cidadã. Estamos no caminho certo, mas ainda é um caminho longo pois, como destaca Leite Filho (2001):

“Hoje, pelo ordenamento legal, temos assegurada no Brasil uma concepção de criança cidadã e de educação infantil como direito da criança. Isto não assegura, no entanto, que a realidade das crianças brasileiras tenha mudado, nem mesmo que as creches e pré-escolas tenham modificado suas propostas e seus trabalhos pedagógicos no sentido de, coerentemente com novas leis e diretrizes, desenvolverem um cuidar das/educar as crianças de acordo com uma pedagogia cidadã, que sem dúvida passou a ser demandada na última década do final do século passado” (LEITE FILHO, 2001:46).

Neste contexto, considerando as etapas do desenvolvimento da criança da educação infantil, respeitando-se o binômio cuidar/educar e valorizando a criança como sujeito social, produtor e produto da história e da cultura, entendo que a qualidade no atendimento nesta faixa etária pode ser determinante no processo educativo.

## 1.1 – O CRITÉRIO QUALIDADE

Quando penso em qualidade na Educação Infantil, entendo que este seja um critério subjetivo cuja definição deva levar em consideração os aspectos sociais e culturais do local onde se encontra a escola. Por mera curiosidade iniciei o trabalho procurando a definição de qualidade e, segundo Michaelis:

*Qualidade - sf (lat qualitate)* **1** Atributo, condição natural, propriedade pela qual algo ou alguém se individualiza, distinguindo-se dos demais; maneira de ser, essência, natureza. **2** Excelência, virtude, talento. **3** Caráter, índole, temperamento. **4** Grau de perfeição, de precisão, de conformidade a um certo padrão.

Este conceito está relacionado às percepções de cada indivíduo e, portanto, suas necessidades e expectativas atuam diretamente nesta definição.

Gadotti (2013) aborda a qualidade como uma forma de melhorar a vida de todas as pessoas. Considera que a qualidade na educação está diretamente ligada ao bem viver de todas as comunidades, partindo da comunidade escolar. Destaca ainda que não se pode separar a questão da “qualidade” da “educação da qualidade” como um todo.

Na tentativa de se estabelecerem critérios para a construção de uma educação infantil de qualidade no Brasil, muitos documentos foram publicados. Dentre eles, encontramos os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil - PCNs (BRASIL, 2006) que apresentam os principais fundamentos para o monitoramento da qualidade na educação infantil e os Indicadores de Qualidade (BRASIL, 2009), documento que objetiva traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho.

Exemplificando como os parâmetros e indicadores se relacionam, o documento coloca que um parâmetro de qualidade é a formação específica dos professores de Educação Infantil. Para tanto, o indicador utilizado é a série e o nível propriamente dito de formação dos profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil. A qualidade pode ser considerada ótima se o parâmetro definido neste caso for a formação exigida por lei, e todos os profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil tiverem essa formação em nível superior.

Entendo que para ser considerada uma instituição de qualidade, a escola necessita elencar critérios que sejam de extrema importância e atendam às expectativas de todas as pessoas interessadas no processo educativo visto que há uma grande oferta de escolas de Educação Infantil que nem sempre vêm acompanhadas de padrões de qualidade adequados e estabelecer indicadores pode ser uma forma de controle.

Nos PCNs (BRASIL, 2006) encontramos algumas conclusões sobre a qualidade no atendimento à Educação Infantil:

- 1) a qualidade é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações;
- 2) depende do contexto;
- 3) baseia-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades;
- 4) a definição de critérios de qualidade está constantemente tensionada por essas diferentes perspectivas.

Ainda relacionada à definição, o documento Indicadores de Qualidade (BRASIL, 2009) coloca que as definições de qualidade dependem de alguns fatores:

- ✓ os valores nos quais as pessoas acreditam;
- ✓ as tradições de uma determinada cultura;
- ✓ os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem;
- ✓ o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere.

No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes.

Independente da definição a respeito da qualidade é importante ressaltar que no caminho para atingi-la, a condição “*sine qua non*” encontrada nos Parâmetros Curriculares de Qualidade na Educação Infantil (2006) é perceber a criança como sujeito social e histórico, inserido em uma sociedade, produtor e produto da história e da cultura.

Sendo assim, pensando nesta criança cidadã, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil que pretendem ser consideradas instituições de qualidade devem promover as práticas de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

No livro *Qualidade em Educação Infantil*, Miguel Zabalza (1998) ressalta que a qualidade, no que diz respeito às escolas, é algo que vai sendo alcançado, construído no dia a dia, de forma permanente. Aplicar este conceito significa levar em consideração três concepções que se complementam: valores chave-formativos, resultados em alto nível e satisfação para todos os que participam do processo. Para Zabalza (1998, p.49), há dez aspectos chaves que deveriam ser contemplados para se obter uma educação de qualidade. São eles:

- 1) Organização dos espaços: espaços amplos, bem diferenciados e especializados;
- 2) Equilíbrio entre iniciativa infantil e trabalho dirigido: espaços e momentos nos quais cada criança vai decidir o que fazer;
- 3) Atenção privilegiada aos aspectos emocionais;
- 4) Utilização de uma linguagem enriquecida: tornar possível e estimular as crianças a falarem;
- 5) Diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades;
- 6) Rotinas estáveis;
- 7) Materiais diversificados e polivalentes;
- 8) Atenção individualizada a cada criança;

9) Sistema de avaliação para acompanhamento global do grupo e das crianças;

10) Trabalho com os pais e as mães e com o meio ambiente.

Numa análise comparativa entre os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2009) e os aspectos apresentados por Zabalza (1998), pode-se perceber que estes são contemplados nas sete dimensões apresentadas pelos Indicadores porém, as dimensões são muito mais abrangentes:

- 1) Dimensão Planejamento institucional (refere-se à Proposta Pedagógica, planejamento, avaliação)
- 2) Dimensão Multiplicidade de experiências e linguagens (espaços e materiais necessários que favoreçam a autonomia)
- 3) Dimensão Interações (rotinas que propiciem as oportunidades de desenvolvimento infantil)
- 4) Dimensão Promoção da saúde (prevenção de acidentes, cuidados com a higiene e alimentação saudável)
- 5) Dimensão Espaços, materiais e mobiliários
- 6) Dimensão Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais (qualificação dos profissionais)
- 7) Dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social

Após a leitura dos referidos documentos, pude perceber que não mencionam a Sustentabilidade como um indicador de qualidade, apesar de encontrar alguns itens que poderiam ser considerados importantes para a sua implementação.

Padilha (2007) nos apresenta o que considera uma educação com qualidade *sociocultural e socioambiental* (Padilha, 2007):

“Se queremos uma educação para a vida, para a satisfação individual e coletiva, que nos ajude a ter um contato sensível e consciente com o belo e, ao mesmo tempo, que nos ensine a cuidar do planeta em que vivemos de forma sustentável, temos, então de falar não simplesmente de qualidade de educação, mas, como prefiro chamar de qualidade sociocultural e socioambiental da educação. Trata-se, nesse caso, de trabalharmos na perspectiva ecológico-pedagógica, que nos remete à formação ampla e integral das pessoas, visando à recuperação da totalidade do conhecimento, dos saberes, dos sentimentos, da espiritualidade, da cultura dos povos e da história da humanidade em íntima conexão com todas as formas de vida no nosso ecossistema” (PADILHA, 2007: 22).

Ainda, para ratificar o meu desejo de trazer a Sustentabilidade para este cenário, encontrei nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) os seguintes princípios:

*Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:*

*I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.*

*II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.*

*III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.*

Pode-se perceber, principalmente no primeiro princípio, o Ético, a base do que se entende por Sustentabilidade. Seus pilares, a meu ver, estão contemplados nos princípios acima explicitados.

Sabemos que o trabalho na Educação Infantil é a base para o desenvolvimento integral da criança, e, nesta fase, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), necessitamos trabalhar para a formação de uma criança que seja “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”(BRASIL, 2009:10).

Mediante esta definição, pensando em um sujeito histórico e de direitos, na busca por um padrão de excelência da qualidade, entendo que o conceito de Sustentabilidade deva ser trabalhado na sua completude. Segundo John Elkington, fundador da ONG SustainAbility e criador do Tripple Bottom Line, seu foco está na importância de ser “*ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável*” e, atualmente, “culturalmente diverso”, aspecto este que não pode ser desconsiderado.

## 1.2 - A SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Num cenário onde o avanço tecnológico e as ações relacionadas às atitudes dos seres humanos têm provocado profundas alterações ambientais, o meio ambiente apresenta um estado de depreciação nunca visto antes. O consumo desregrado, provocando a superexploração dos recursos naturais, e o aumento da temperatura global que, conseqüentemente, apresenta mudanças climáticas, afeta todos os ecossistemas do planeta. Segundo Boff (2009), em setembro de 2008 iniciou-se uma crise profunda no planeta Terra. Essa crise tem mostrado que a devastação da natureza ultrapassou em 30% a capacidade de regeneração da Terra. Isto é, instalou-se uma insustentabilidade generalizada que nos obriga a encontrar um novo paradigma para que a vida se perpetue neste planeta. A publicação da síntese do 5º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, da sigla em inglês), divulgado em 2 de novembro de 2014, em Copenhague, na Dinamarca, demonstra que, caso não haja uma ação imediata de todos para frear o aquecimento global, em pouco tempo não haverá muito o que fazer. Segundo este documento, “se as taxas de emissão de gases de efeito estufa continuarem aumentando, os meios de adaptação não serão suficientes.”(IPCC, 2014).

Diante deste quadro, as ações precisam ser urgentes e a mudança deve acontecer em cada indivíduo, sendo necessário levar em conta que se deve agir localmente para que os resultados, que trarão benefícios a todos, possam ser globais.

Porém, para se compreender como as ações sustentáveis podem servir como ferramentas para estas transformações, é fundamental perceber que o nosso planeta é um organismo vivo e que todos se encontram entrelaçados, interdependentes, formando um único sistema vivo e complexo. Esta é a teoria de Gaia, do cientista britânico James Lovelock (1989). Este cientista, na década de 60, trabalhou no Projeto Viking, analisando a possibilidade de vida em Marte. Enquanto analisava o que mantinha a vida na Terra e observava a atmosfera terrestre com seu delicado equilíbrio, teve a ideia de que a Terra era um todo vivo e interdependente, capaz de controlar a si mesmo e de eliminar ameaças, da mesma maneira que um corpo lida com doenças e traumas. Lovelock (1989) coloca que, para a manutenção da vida na Terra, todos os elementos que a compõem devem

estar em equilíbrio. Isto inclui uma nova percepção da Terra, vendo-a como uma imensa comunidade da qual todos os seres são membros.

Ratificando a Teoria de Gaia, Capra (2008) apresenta a Teoria dos Sistemas, que envolve uma nova maneira de ver e pensar o mundo: o pensamento sistêmico. Capra aponta que

“Em toda natureza encontramos sistemas vivos dentro de outros sistemas vivos. Os sistemas vivos também incluem comunidades de organismos, que podem ser sistemas sociais – uma família, uma escola, uma cidade – ou ecossistemas. Esses sistemas são todos cujas estruturas específicas resultam de interações e interdependências de suas partes” (CAPRA, 2008:22).

O pensamento sistêmico apresenta princípios que, segundo o autor, deveriam fazer parte do currículo de uma escola, pois são fatos fundamentais da vida e demonstram que fazemos parte de uma rede de relações, da teia da vida. Como exemplo, o primeiro princípio que diz que “nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são o alimento de outra” (CAPRA, 2008:25).

Boff (2009) destaca que mais do que pensar ou agir sobre o meio ambiente, deveríamos falar com mais razão de comunidade de vida, pois todos os seres vivos são parentes entre si e interdependentes.

Nesta concepção, não há mais uma visão fragmentada do mundo, onde o universo é visto como um conjunto de partes isoladas. Pode-se dizer que nasce um novo paradigma: o da Sustentabilidade. Neste novo cenário, a ideia é a integração e a interação numa proposta de uma nova forma de olhar e transformar o mundo.

Para uma melhor compreensão, é importante que tenhamos claro o conceito de sustentabilidade. Segundo Boff (2012), a sustentabilidade significa

“O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões” (BOFF, 2012:14).

É ainda definida, segundo John Elkington (1990) como um conjunto de ações que têm como pilares as dimensões: ambiental, econômica e social. Torna-se mister, contudo, apresentar o documento Carta da Terra que, de acordo com a

UNESCO, é uma referência ética para o desenvolvimento sustentável e entende que este é um instrumento educativo. A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Transcreve quatro princípios fundantes e 16 pontos referenciais do modo sustentável de vida. São os princípios:

- ✓ Respeitar e cuidar da comunidade de vida;
- ✓ Integridade ecológica;
- ✓ Justiça social e ecológica e
- ✓ Democracia, não violência e paz.

Neste último princípio, há um ponto referencial de suma importância:

- Integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida os conhecimentos, valores e habilidades necessários para um modo de vida sustentável.

Indubitavelmente, torna-se relevante trabalhar com as crianças, suas famílias e funcionários das escolas os aspectos relacionados ao Tripé da Sustentabilidade. Algumas práticas referentes ao respeito, à diversidade, à valorização da cultura, à formação de indivíduos conscientes e responsáveis, ao incentivo à educação continuada, ao consumo consciente, ao desenvolvimento de capacidades voltadas para criatividade e o trabalho em equipe, por exemplo, devem fazer parte do Projeto Político Pedagógico de uma escola que trabalha o conceito de Sustentabilidade.

No parágrafo anterior, o documento Carta da Terra, aconselha que ao longo da vida, os valores e habilidades necessários para uma vida sustentável sejam trabalhados com crianças. Entendo que este seja um caminho para minimizar os efeitos da crise que vivemos. E, indubitavelmente, este trabalho torna-se muito importante na Educação Infantil, por ser um período fértil que serve como alicerce para o conhecimento que a criança vai adquirir durante toda a sua vida. Pensar em uma educação de qualidade nas instituições de ensino de Educação Infantil, baseada nos critérios da Sustentabilidade é definir práticas e ações, considerando-se os valores e tradições do contexto histórico, social, econômico e cultural da comunidade na qual a escola está inserida.

Para Gadotti (2013), que apresenta a Pedagogia da Terra ou ecopedagogia como uma pedagogia que promove a vida e respeita todas as formas de vida, introduzir uma cultura da sustentabilidade e da paz nas comunidades escolares é

essencial para que as crianças sejam mais cooperativas e solidárias. Destaca que educar para uma vida sustentável é

“educar para a simplicidade voluntária e para a quietude. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, quietude, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos. Precisamos escolher entre um mundo mais responsável frente à cultura dominante que é uma cultura de guerra e passar de uma responsabilidade diluída – que culpa sempre o outro - à uma ação concreta, compartilhada, praticando a sustentabilidade na vida diária, na família, no trabalho, na escola, na rua” (GADOTTI, 2013:16).

Desse modo, torna-se relevante trabalhar com as crianças, suas famílias e funcionários das escolas os aspectos relacionados ao Tripé da Sustentabilidade. Algumas práticas referentes ao respeito, à diversidade, à valorização da cultura, à formação de indivíduos conscientes e responsáveis, ao incentivo à educação continuada, ao consumo consciente, ao desenvolvimento de capacidades voltadas para criatividade e o trabalho em equipe, por exemplo, devem fazer parte do Projeto Político Pedagógico de uma escola que trabalha o conceito de Sustentabilidade.

## 2 À PROCURA DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Para a realização do estudo, a opção metodológica escolhida foi utilizar entrevistas semiestruturadas com gestores de escolas de Educação Infantil de referência neste segmento. Foram entrevistadas cinco gestoras de escolas da Zona Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro.

A escolha por entrevistas semiestruturadas deu-se por se aproximar mais de uma conversação informal. A entrevista semiestruturada tem como característica a flexibilidade, isto é, o fato de não ser tão rígida ou pré-determinada. Apesar das perguntas serem previamente elaboradas, outras perguntas são geradas à medida que a entrevista vai acontecendo, permitindo ao entrevistador ou à pessoa entrevistada o surgimento de informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Segundo a literatura, há três tipos de entrevistas: entrevista estruturada, semiestruturada e não-estruturada. A entrevista não-estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva. A entrevista estruturada é conhecida como entrevista diretiva ou fechada e a entrevista semiestruturada é conhecida com semidiretiva ou semiaberta.

Manzini (1990/1991:154), observa que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Portanto, este trabalho apresenta o resultado de uma entrevista semiestruturada. Partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas que almejam atingir o objetivo da pesquisa, seguem abaixo as perguntas utilizadas nesta metodologia:

### Roteiro

- 1) Fale brevemente sobre a sua formação e a sua história trajetória profissional.
- 2) O que a sua instituição leva em consideração na busca por uma educação infantil de qualidade?

- 3) O que você entende por sustentabilidade?
- 4) A instituição pratica alguma ação no sentido da implementação da sustentabilidade? Como isto acontece?

Optando por esta metodologia, percebi que as entrevistas poderiam apresentar um cunho mais informal e outras perguntas relacionadas ao assunto poderiam surgir e enriquecer o estudo. E foi o que aconteceu. Com algumas entrevistadas foi possível colher informações que extrapolaram as perguntas elaboradas. As gestoras foram muito receptivas e me encaminharam para conhecer todos os espaços das escolas, inclusive com crianças em atividades. Porém, houve duas escolas em que as entrevistas se restringiram a respostas diretas, sem que as entrevistadas me dessem margem a mais informações. Nestas, especificamente, fiquei no máximo quinze minutos e ambas me passaram a impressão de que eu estava incomodando. Mantiveram-me em uma sala e, terminadas as perguntas, me encaminharam para a porta de saída. Uma gestora, inclusive, exigiu que eu levasse o documento que comprovasse a pesquisa para o trabalho final da Pós-graduação, mesmo eu tendo marcado antecipadamente o nosso encontro. Nestas duas escolas as entrevistas foram sucintas, de forma que não tive tanto material para ser analisado.

A primeira instituição visitada fica no Jardim Botânico e foi criada com o objetivo de oferecer cursos livres de artes há 27 anos. Hoje é uma escola de educação infantil que inicia no berçário II e segue até o Pré II. Funciona em toda a cobertura de um prédio de três andares. Ao entrar na escola identifiquei uma sala principal onde se encontra um palco com muitas fantasias penduradas em um cabideiro. As paredes são cobertas de pinturas realizadas pelas crianças. Encontrei crianças brincando livremente em uma piscina de areia observadas por professores.

A entrevista teve início no salão principal onde era possível visualizar as crianças e os professores em ação. Perguntada sobre a qualidade, a gestora colocou:

- *“Nossa escola tem um olhar individualizado para as crianças respeitando o seu ritmo, desejos, histórias. Acreditamos numa educação com*

*muito afeto onde as crianças não têm medo do adulto e nossos projetos acontecem em função dos nossos espaços.”*

Pude perceber que a escola valoriza bastante as artes plásticas, o teatro, a música, a literatura. Em relação à sustentabilidade, a gestora explicou que há uma horta cultivada pelas crianças e que o grupo Moleque Mateiro nasceu dentro da escola. Este grupo faz um trabalho com as crianças no Parque Lage de 15 em 15 dias voltado para a natureza.



Fig. 1 Horta cultivada na escola

Além da preocupação com o meio ambiente, a gestora apontou que a instituição tem como premissa a contratação de professores de Educação Infantil do sexo masculino. Encontrei quatro professores brincando com as crianças. O cuidar de crianças pequenas, historicamente, sempre coube às mulheres. Para Tiriba (2005), a diferença sexual que origina a divisão de papéis sociais está relacionada à sociedade em que vivemos, isto é, num sistema capitalista de acumulação de bens materiais. Neste contexto, as mulheres se preocupam com o cuidado com as pessoas e os homens aprendem a cuidar dos negócios. Porém, cabe também colocar que, atualmente, a disputa por um emprego ou a inserção das mulheres em várias frentes trabalhistas, impulsionam os homens a terem um novo comportamento em relação aos seus filhos. Hoje já podemos ver pais cuidando e educando seus filhos, participando da rotina na escola, das tarefas de uma casa. Porém, na educação infantil encontrar homens é uma raridade. Segundo Kramer,

“...dada a sua dimensão política, todo projeto de educação deve afirmar a igualdade: as crianças, os jovens e os adultos são cidadãos de direitos, pertencem a diversas classes sociais e têm, na maioria das vezes, uma situação de desigualdade que precisa ser superada...além do direito à igualdade de todas as pessoas e de reconhecer o direito à diversidade – seus vários pertencimentos-, é fundamental que as práticas cotidianas

considerem, respeitem, valorizem essas diferenças”(KRAMER, 2006:22).

Considero a contratação de homens uma inovação corajosa e entendo que é uma forma de lutar contra a discriminação. Esta atitude está relacionada à dimensão social das ações sustentáveis. Neste segmento há uma resistência declarada na contratação de professores do sexo masculino pois nesta idade acontecem as trocas de fraldas, banhos, alimentação que, socialmente, são ainda tarefas consideradas femininas.

A segunda instituição, também no Jardim Botânico, funciona em uma casa de dois andares desde 1980. Há duas unidades: uma de Educação Infantil que vai do maternal II ao Pré I e outra unidade na Gávea que atende do Pré II ao Ensino Médio. A escola é muito ampla e tive a sensação, assim que ingressei no espaço, que tudo está no seu lugar, como se não houvesse criança por ali. Exatamente o oposto da primeira escola visitada. Havia um grupo de crianças que estava pelo pátio, na parte da frente da casa, e outro grupo fazendo uma pintura em umas mesas em um canto deste pátio. Encaminhada até a sala da dona da escola no segundo andar, fui recebida pela mesma e pela vice-diretora. Perguntadas sobre qualidade na educação infantil, ambas responderam:

- *“A qualidade está relacionada à valorização do conhecimento de cada aluno, respeitando as necessidades de cada um. Também passa pelo acolhimento de crianças com necessidades especiais e a presença da família sempre na escola.”*

Quanto à sustentabilidade, a diretora explicou que trabalha com esta questão relacionada ao meio ambiente inserindo-a no planejamento. A escola realiza a separação de lixo e tem a preocupação em conscientizar as crianças ensinando-as a não deixarem a torneira aberta.

- *“Há uma preocupação com o meio ambiente, mas com cuidado para que as crianças não se sintam culpadas. Realizamos atividades de reaproveitamento e reciclagem. No ensino fundamental o trabalho é mais intenso, inclusive enviando questionário para as famílias.”*

Analisando estas respostas percebe-se que, em relação à qualidade, os critérios são bem distintos porém, em relação à sustentabilidade, as diretoras consideraram apenas as ações relacionadas à dimensão ambiental.

A terceira instituição fica na Zona Norte, em Vila Isabel. Criada em 1978, inicialmente a escola funcionava com as turmas de Educação Infantil, no Grajaú. Em 1984, ampliou suas atividades abrindo turmas do Ensino Fundamental. Atualmente o ensino já se estende até o nível médio. Em Vila Isabel, a escola funciona da Educação Infantil ao 5º ano do ensino fundamental. É uma casa azul de dois andares com um espaço bem amplo. Há uma casa atrás da casa principal onde ficam as crianças da educação infantil.

Ao entrar na escola, deparei-me com uma estante com vários livros perto do portão. Dentre tantas, esta iniciativa chamou a minha atenção. Os pais levam para casa, leem e colocam novamente na estante. É um rodízio de livros! Incentivo à leitura. Interessante iniciativa, pois, além de disseminar a cultura, envolve a família. As crianças veem seus pais lendo livros de diferentes tipologias e é mais um incentivo dentro de casa.

Segundo Gouvea (2007), a imitação é uma característica da ação infantil. Essa imitação não é a cópia da ação do adulto, mas sua apropriação, mediada pela imaginação. Através da imitação, a criança significa o mundo adulto e também vivencia neste ato uma interação. A criança imita o adulto utilizando os objetos que estão ao seu redor, “introjetando seu significado, apropriando-se de tal objeto e condensando no ato de imitar o processo histórico de fabricação e uso de tal instrumento” (GOUVEA, 2007:124).

Em relação à sustentabilidade, esta é uma prática que nos reporta à dimensão sociocultural.



Fig. 2 Estante de livros para empréstimo

A instituição tem como inspiração a pedagogia de Freinet e Maria Montessori. Funciona em sistema de assembleia e há uma comissão de planejamento onde pais e funcionários, juntos, tomam as decisões. Todos têm voz.

Quanto à qualidade, a gestora colocou que:

*- “A qualidade passa pela afetividade e sempre pela competência do professor. Não é nem a técnica pedagógica. É ser alegre, ter espírito de cooperação, humanidade. Escola significa alegria. Quem faz acontecer é o desempenho de cada professor. Além da formação acadêmica, relação entre a teoria e a prática. Professor prestigiado, valorizado. Ele faz parte. Tem que estar apaixonado!”*

Quanto à sustentabilidade, a resposta veio relacionada à utilização de copos descartáveis, reaproveitamento e o cuidado com o meio ambiente. A escola possui um professor de educação ambiental.

A quarta escola está localizada na Zona Sul, no bairro do Humaitá. Antes de se tornar uma escola de educação infantil, este espaço foi criado para ser uma escola de música. Atualmente a instituição inicia no maternal I e, nesta casa, vai até o primeiro ano do ensino fundamental. É uma casa de dois andares com um espaço bem aproveitado na frente onde há um parquinho, chuveiros, um jabuti e um coelho.



Fig. 3 – Pátio com parquinho, chuveiros e jabuti

A escola trabalha com a metodologia de projetos e pode-se perceber que valoriza as diferentes linguagens artísticas: teatro, música, artes plásticas. Há

desenhos das crianças espalhados pelas paredes da escola. A escola possui um coral dos professores e das crianças que fazem apresentações em outras escolas.

Segundo a diretora, em relação à qualidade, relata:

- *“A base da educação infantil é o afeto, o compromisso, a dedicação. É muito importante a formação continuada do professor. E, nos projetos, o envolvimento de todos os funcionários da escola é fundamental.”*

A sustentabilidade é trabalhada através da conscientização de que somos parte do meio ambiente. São realizados projetos voltados para reciclagem e a preservação do planeta. Há animais e horta na escola. Valorizam o contato das crianças com a natureza.

Uma prática que se apresenta de forma latente nas cinco escolas visitadas é a valorização da cultura. Várias manifestações das diferentes linguagens artísticas estão explícitas nos seus corredores e salas. As bibliotecas, com bastante apelo visual, expõem pinturas, livros confeccionados pelas crianças, fantoches. Objetos musicais pendurados pelas paredes, músicas, tinta, brincadeiras, tecidos espalhados. Guimarães (2004) destaca que o contato com as diversas manifestações artísticas possibilita a re-criação da realidade, uma oportunidade para que as crianças possam ver o mundo de uma nova maneira. Aponta que:

“A apreciação de obras de arte, literatura, músicas de vários estilos, imagens, promove a sensibilidade, a criticidade, o potencial criador das crianças. E mais, favorece a narrativa, a troca de pontos de vista diferentes a respeito de uma mesma obra, o diálogo entre pares. A cultura é o espaço de criação e vida para cada criança e para o coletivo, contribuindo para o estreitamento de laços, para a experiência de partilha e de comunidade” (GUIMARÃES, 2010:7).

Para Kramer (2007), a experiência com a produção cultural contribui de maneira básica na formação de crianças, jovens e adultos, pois resgata trajetórias e relatos, provoca a discussão de valores, crenças e a reflexão crítica da cultura suscita o repensar do sentido da vida e o papel de cada um de nós na sociedade contemporânea (p.15).

A quinta escola fica na Zona Oeste. Criada em 1975, a escola possui uma unidade em Laranjeiras e na Barra da Tijuca. Atende, na educação infantil, crianças do berçário I ao Pré II e também no ensino fundamental até o 5º ano, todos em horário integral, das 8h às 15h. A metodologia da escola se baseia na Epistemologia

Genética de Jean Piaget e na Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner. Há um incentivo às atividades musicais, tecnológicas, artísticas e esportivas, em um ambiente bilíngue. Funciona em um prédio de três andares e na área externa, assim que se entra na escola, há um pátio amplo com brinquedos e horta, além de um local com mudas da Mata Atlântica.



Fig. 4 Espaço com mudas da Mata Atlântica

Quanto à qualidade, a coordenadora colocou:

- *“Entendemos que a qualidade está atrelada ao investimento intelectual e material. Quanto menor a criança, mais preparados devem estar os profissionais. A escola evolui dia a dia a nível tecnológico. É certificada com a ISO 9000, que apresenta requisitos necessários para o sistema de gestão da qualidade.”*

Em relação à questão da Sustentabilidade, a coordenadora complementa:

- *“Reduzimos a emissão de gás carbônico e neutralizamos através do plantio de mudas da Mata Atlântica plantadas na reserva ecológica de Guapiaçu. Utilizamos copo descartável e a nossa torneira é temporizada. Reutilizamos óleo, garrafas pet e papelão. O importante é pensar antes de usar: eu necessito ou eu preciso? Esta pergunta faz parte da filosofia da escola e a proposta pedagógica abrange este assunto. A instituição realiza passeios ao Jardim Botânico.”*

Uma prática unânime nas escolas refere-se à valorização da formação do professor. Todas consideram que investir na formação continuada através de cursos e palestras é a melhor forma de se ter professores comprometidos, felizes e assim, uma escola de qualidade. Em uma instituição, em especial, impressionou-me o fato de que os professores têm plano de carreira e incentivo financeiro para estudar. Esta

atitude nos reporta ao aspecto econômico da sustentabilidade. Entendo que um professor valorizado, feliz, reconhecido, torna-se mais comprometido com o trabalho. Nesta mesma escola a gestora destacou a importância de incentivar os professores a frequentarem teatro, museus, cinema, isto é, ampliar a sua formação cultural.

Segundo Kramer (2007), os professores devem ter acesso permanente a novos conhecimentos produzidos nas mais diferentes áreas. Isso significa defender a atualização e entender a formação como direito à educação de todos os professores e o favorecimento à formação cultural. Formação que seja entendida na dimensão da qualificação e da profissionalização, redundando em melhoria na qualidade do trabalho, avanço na carreira e progressão na escolaridade.

O que não foi perceptível em todas as escolas foi um projeto permanente que assegurasse a todos os professores o acesso a cinemas, centros culturais, bibliotecas, teatros, jornais etc, ou seja, a valorização da formação cultural dos professores. Essa formação cultural é parte do processo de construção da cidadania, é direito de todos, se considerarmos que todos – crianças e adultos – somos indivíduos sociais, sujeitos históricos, cidadãos produzidos na cultura e produtores de cultura. Cidadãos que têm direitos sociais, entre eles, direito à educação e à cultura (KRAMER, 2007:21).

Analisando as entrevistas, as ações praticadas no cotidiano das instituições pesquisadas parecem demonstrar que os gestores possuem um conhecimento parcial sobre o que é sustentabilidade. Invariavelmente, ao falar sobre sustentabilidade as colocações foram referentes à questão ambiental. Porém, sem que as gestoras atrelem outras ações à sustentabilidade, as escolas possuem práticas que vão além da preocupação com o meio ambiente e contemplam os aspectos sociais e econômicos, reforçando os alicerces da sustentabilidade, o *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade), descritos por John Elkington. Neste sentido, torna-se importante compreender que para que estas ações aconteçam de forma consciente de fato, é essencial que haja, segundo o texto da Carta da Terra (2000),

“uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias

e distintas formas de realizar esta visão...Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz”(2000:7).

Enfim, algumas alternativas se desenham nas instituições onde pequenas ações sustentáveis podem apresentar grandes possibilidades no caminho para se alcançar a qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a educação infantil passou a ser reconhecida como uma etapa essencial para a formação da criança, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988 que a torna um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado. Mas, na verdade, o que existe legalmente não garante a qualidade e muito ainda temos que caminhar. Nesta trajetória, alguns desafios são relevantes. Dentre eles, compreender que o cenário atual exige um novo olhar sobre as relações dos seres vivos entre si e em relação ao planeta Terra. Sabemos que as ações desenfreadas dos seres humanos têm contribuído intensamente para que aconteçam alterações no meio ambiente. O Aquecimento Global é uma realidade e as suas consequências têm colocado em risco a vida em nosso planeta. A extinção de espécies, o aumento do nível do mar, as mudanças climáticas, os ecossistemas destruídos e o surgimento de novas doenças estão presentes e vêm ocorrendo cada vez com maior intensidade. Além das questões ambientais, cabe um novo olhar que valorize as diferenças culturais, a equidade, as diferentes linguagens artísticas. Há urgência para que se estabeleça o equilíbrio e para que as ações humanas tenham como foco os aspectos econômicos, sociais e ambientais, base do conceito da sustentabilidade que, a meu ver, é importante elemento desencadeador de qualidade.

Neste contexto faz-se necessária uma abordagem nas instituições de ensino, em especial nas escolas de educação infantil. Entendo que estas assumem um papel valioso neste cenário pois neste espaço encontramos profissionais capacitados que são formadores de opinião e crianças em pleno desenvolvimento. Aí acontece a troca de conhecimentos e a criança aprende através da brincadeira, do lúdico. Aprende a respeitar o outro e o meio ambiente, aprende a ser solidário, a cooperar, a ser responsável. Interage com professores capacitados, num espaço agradável, onde o respeito à diversidade, às culturas diferentes e a inclusão acontecem de verdade. Não há melhor forma de sensibilizar os adultos senão através das crianças. É uma cadeia, uma teia, que vai se formando através das interações estabelecidas, formando elos onde todos são afetados por todos. Para tanto, é válido ressaltar que todos os atores que fazem parte do processo educativo

devem estar integrados e que é fundamental o envolvimento dos gestores das escolas para que isso ocorra.

Este estudo pautou-se em alguns dos meus questionamentos em relação à sustentabilidade. Dentre eles, descobrir quais práticas são utilizadas nas escolas de educação infantil e se as mesmas contemplam o Tripé da Sustentabilidade. Para mim foi de grande valia a visita às escolas. Pude presenciar realidades diferentes e perceber que algumas gestoras incentivam práticas voltadas para as dimensões social e econômica sem terem a consciência de que estão praticando ações sustentáveis. Após a realização das entrevistas pude perceber que, ao serem questionadas sobre a sustentabilidade, as gestoras citavam práticas sempre relacionadas apenas ao aspecto ambiental. Isso acaba por banalizar este conceito, minimizando a sua importância. Sem questionamentos, o aspecto ambiental é relevante porém as ações não devem acontecer de forma isolada, desfragmentadas. ]

Cabe destacar que, sendo proprietária de uma escola de educação infantil, pretendo realizar um trabalho em que a sustentabilidade possa ser implementada. Algumas ações já estão acontecendo e são práticas possíveis pois não demandam grandes investimentos. Em relação à dimensão social, procuramos sempre dar voz aos pais e funcionários através de pesquisa de satisfação e às crianças como atuantes neste processo. O nosso Projeto Político Pedagógico tem a sustentabilidade como tema transversal. Promovemos palestras com especialistas para professores e responsáveis com psicólogas, médicas, fonoaudiólogas, psicopedagogos. Incentivamos o trabalho com as diferentes manifestações culturais e a diversidade. Criamos, assim como em uma das escolas visitadas, o Projeto “Livro Andarilho”, projeto de empréstimo de livros para os responsáveis e funcionários da escola. Com o foco na dimensão ambiental, trabalhamos atividades de sensibilização e conscientização de todos os envolvidos no processo educativo. Iniciativas como o reconhecimento do entorno da escola para um trabalho de educação ambiental, a economia de papel, o controle da água, o uso de lâmpadas incandescentes, a horta sem agrotóxicos, a coleta seletiva já estão sendo desenvolvidas. Em relação à dimensão econômica, estamos realizando um trabalho de Educação Financeira para as crianças e futuramente, para os funcionários e responsáveis. Trabalhamos dois pilares do empreendedorismo na

educação infantil: a criatividade e a iniciativa e estamos formalizando o Plano de Carreira para os funcionários e incentivo à formação. Ainda são práticas embrionárias mas que tendem a se solidificarem e se expandirem atingindo também todos os nossos parceiros.

É importante ressaltar que há ainda inúmeros desafios a serem vencidos para que a sustentabilidade seja entendida como uma possibilidade para se atingir a qualidade e possa ser também uma aliada no processo de conscientização e transformação social, a saber:

- ✓ A sustentabilidade poderia fazer parte do Projeto Político Pedagógico das escolas como tema transversal e este seria construído com a contribuição de todos os envolvidos: comunidade, funcionários, professores e crianças.
- ✓ Alguns professores, por não possuírem um conhecimento específico, têm uma visão de sustentabilidade muito simplificada. Seria interessante que nas escolas onde estes profissionais são formados houvesse a preocupação com práticas sustentáveis. Assim, estes profissionais saberiam a importância dessas práticas no desenvolvimento de sujeitos sociais, capazes de intervir positivamente no seu ambiente e de lutar pelos seus direitos e pela qualidade de vida local e global.

Reforçando Freire (2009),

“Afiml, minha presença no mundo não é a de quem se adapta mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto mas sujeito também da História. Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam” (FREIRE, 2009:54).

Desejo que os envolvidos neste trabalho se percebam atuantes na busca por uma nova caminhada transformadora e compromissada com um mundo melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

BRASIL. **Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil**. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília.2009.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil**. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília.2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução 052009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, 2009.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no século 21**. 5ª Ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008

FARIA, Sonimar. História e Política da Educação Infantil. In: KRAMER, Sônia [et al.] **Educação Infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravel, 1997.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de (2007). A Criança e a linguagem: Entre palavras e coisas. In: Paiva, Aparecida (Org.) **Literatura: saberes em movimento**. Belo Horizonte: Autêntica

GUIMARÃES, Daniela. As manifestações infantis e as práticas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Anelise Monteiro (Org.) **Educação Infantil e Ensino Fundamental: contextos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: NAUEditora, EDUR, 2011, PP.49-54

\_\_\_\_\_. **Ética, e cuidado, cultura e humanização: eixos de trabalho com as crianças pequenas na educação infantil**. Mimeo, 2010.

JOBIM e SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil. In: **Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**. Campinas. V. 27 n.96. – Especial. P 797-818. Out. 2006.

KRAMER, Sônia. Direitos da criança e projeto político-pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, Luiz e KRAMER, Sônia. **Infância, educação e direitos humanos**. SP: Cortez, 2003.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares da Educação Infantil: para retomar o debate. In: KRAMER,S. (org) – **Relatório da**

**pesquisa “Formação dos profissionais da educação infantil no estado do Rio de Janeiro”**, 2001.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: LEITE FILHO, Aristeo GARCIA, Regina (orgs.) **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANZINI, E. J. A **entrevista na pesquisa social**. *Didática*. São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

NUNES, M. F. Educação infantil: instituições, funções e propostas – Série **Cotidiano na Educação Infantil**, nº 23 do Programa Salto para o Futuro, da TVE-Brasil, nov2006.

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural**. São Paulo: Cortez/IPF, 2007.

ROCHA, Eloísa Candal. Infância e Pedagogia. In: **Perspectiva**. Florianópolis: UFSC/CED, NUP, v.15, p.21-33, jul/dez. 1997.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável 2: Novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: Globo, 2012.

TIRIBA, Léa, BARBOSA, Sílvia Néli, SANTOS, Núbia O Cotidiano na Educação Infantil. In KRAMER,S. NUNES, M.F., CARVALHO, M.C. (orgs.) **Educação Infantil: Formação e Responsabilidade**, Campinas, SP, Papyrus, 2013.

\_\_\_\_\_ Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender discursos e práticas. IN; **Profissionais de educação Infantil e(m) formação**. Kramer(org.) São Paulo, Editora Ática(2005)

UNESCO, 2005. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Brasília: Unesco.